



United Nations Economic Commission for Africa

Distr.: LIMITADA

E/ECA-SA/ICSOE. XXIX/2025/3

Outubro de 2025

Original: INGLÊS

31ª Sessão do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) da África Austral

Outubro de 2025

Ezulwini, Eswatini

**Publicação do relatório de progresso sobre as principais agendas regionais e
internacionais e outras iniciativas especiais**

I. Introdução

Antecedentes: O clima como um risco para o desenvolvimento

1. As mudanças climáticas constituem um risco sistémico importante para o desenvolvimento sustentável e o seu impacto é particularmente acentuado em África. O aumento das temperaturas, a alteração dos padrões de precipitação e a ocorrência frequente de fenómenos extremos estão a comprometer o crescimento, o espaço fiscal e a inclusão social. A exposição das pessoas, dos meios de subsistência e dos activos físicos aos riscos climáticos intensificou-se, com consequências de grande alcance para a segurança alimentar, disponibilidade de água, resultados sanitários, infra-estruturas e desempenho comercial.
2. O Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (2021) prevê que a África Austral venha a sofrer secas, ondas de calor e tempestades mais intensas, agravando as vulnerabilidades socioeconómicas. Estas vulnerabilidades representam riscos significativos para a agenda da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), uma vez que as perturbações climáticas impedem a concretização de todos os benefícios da integração regional. Para uma região cujas economias dependem de sectores sensíveis ao clima, incluindo a agricultura, exploração mineira, energia e transportes, as mudanças climáticas não são apenas uma preocupação ambiental, mas também um obstáculo estrutural ao crescimento e à transformação inclusivos.

Ligações entre o clima e o comércio

3. O comércio continua a ser fundamental para o desenvolvimento da África Austral, e a ZCLCA procura aprofundar a integração, reduzir as barreiras e expandir os mercados. Contudo, os eventos climáticos estão a perturbar as infra-estruturas comerciais e as cadeias de abastecimento e a minar as capacidades produtivas. As secas prolongadas na Zâmbia e no Zimbabwe provocaram uma escassez de energia que reduziu a produção industrial e limitou o comércio transfronteiriço, enquanto os recentes ciclones tropicais em Moçambique danificaram repetidamente os portos

e os corredores de transporte, aumentando os custos e reduzindo a competitividade das exportações. Do mesmo modo, no Malawi, o ciclone Freddy destruiu mais de 200 000 hectares de terras agrícolas em 2023, resultando em perdas económicas de mais de 500 milhões de dólares, prejudicando as exportações agrícolas e a segurança alimentar. Do mesmo modo, chuvas recorde em 2022 inundaram o porto de Durban, na África do Sul, e as redes de transportes circundantes, paralisando as operações e perturbando os fluxos comerciais, o que constitui uma forte chamada de atenção para a crescente vulnerabilidade das infra-estruturas críticas aos eventos climáticos.

4. A Estratégia e Plano de Acção para a Redução do Risco de Desastres da SADC (2022-2030) salienta que os perigos recorrentes, incluindo secas, inundações, pragas e surtos de doenças, não só ameaçam vidas, como também prejudicam a facilitação do comércio e o progresso no sentido da realização dos ODS. Por conseguinte, as mudanças climáticas amplificam os desafios estruturais que a região enfrenta, tais como os défices de infra-estruturas, a informalidade e a pobreza, colocando riscos à realização de todos os benefícios da ZCLCA.

Objectivo e estrutura do relatório

5. Este Relatório de Progresso avalia a forma como as mudanças climáticas estão a afectar o comércio e as perspectivas económicas na África Austral e analisa o progresso a nível nacional dos compromissos climáticos nos 11 Estados Membros abrangidos pelo Escritório Sub-Regional da ECA para a África Austral (SRO-SA): Angola, Botswana, Eswatini, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe. A Parte II do relatório sintetiza os impactes dos eventos climáticos relacionados com o comércio na região. A Parte III regista a situação dos pedidos apresentados no âmbito da UNFCCC (contribuições determinadas a nível nacional e planos nacionais de adaptação). A Parte IV apresenta as principais mensagens e recomendações políticas para reforçar a resiliência, sustentabilidade, integração e comércio.

II. Impacto das mudanças climáticas no comércio e na economia de 11 Estados-Membros

6. As condições meteorológicas extremas, como as inundações, as secas e a precipitação intensa, danificam as infra-estruturas de transporte, energia e irrigação, perturbando as cadeias de abastecimento, o fornecimento energético e a produção agrícola. O aumento da vulnerabilidade às condições meteorológicas extremas é mais elevado nas infra-estruturas de transportes, incluindo portos, aeroportos, caminhos-de-ferro e estradas, contribuindo para o aumento dos custos, atrasos operacionais e diminuição dos volumes de comércio. Em todos os países de SRO-SA, os eventos climáticos afectam a logística, a produção e o acesso ao mercado de forma interligada. As subsecções abaixo resumem (i) os principais riscos climáticos e eventos recentes e (ii) as suas implicações para o comércio e as infra-estruturas.

Angola

7. O comércio de Angola é apoiado pelos Caminhos-de-Ferro de Benguela e pelo Corredor do Lobito, que ligam o Porto do Lobito ao Copperbelt na Zâmbia e à República Democrática do Congo. Estas artérias facilitam a exportação de cobre, cobalto e manganês, bem como de produtos alimentares e industriais. No entanto, secções do corredor atravessam áreas propensas a inundações, expondo infra-estruturas críticas ao perigo de inundações. O Relatório sobre o Clima e o Desenvolvimento do País (CCDR) do Banco Mundial adverte que, sem adaptação, as mudanças climáticas podem reduzir o PIB de Angola até 6% até 2050. O sul de Angola sofreu a pior seca dos últimos 40 anos, prevendo-se que a produtividade agrícola seja até 7% inferior em 2050 do que num cenário de ausência de danos enfrentado pelos Estados-Membros. As perdas de capital social causadas pelas inundações e os declínios de produtividade relacionados com o calor representam um obstáculo persistente à competitividade. As avaliações recentes indicam um aumento da insegurança alimentar aguda na região devido às fracas colheitas de 2023/24 e aos preços elevados nas zonas afectadas pela seca,¹ afectando

¹ Reliefweb (2024). Angola - Actualização da mensagem principal: colheitas abaixo da média levam ao início da época de escassez.

potencialmente até 1,5 milhões de pessoas no início de 2025². O aumento das necessidades de importação de cereais já está a exercer pressão sobre as balanças comerciais e a margem de manobra orçamental.

Botswana

8. A pecuária, especialmente a carne de bovino, continua a ser fundamental para a economia agrícola e o perfil de exportação do Botswana, apesar de os diamantes dominarem as receitas globais de exportação. Mais de 95% da produção comercial de carne de bovino é exportada principalmente para o Reino Unido e para a Europa, e os riscos climáticos podem dizimar um mercado tão lucrativo.³ O clima semi-árido, as chuvas fracas e erráticas e as secas recorrentes estão a reduzir o número de cabeças de gado e a produtividade do sector. As estatísticas do Botswana indicam que a população nacional de gado caiu de 2,5 milhões para 1,7 milhões entre 2011 e 2015, com agregados familiares a registarem uma redução do gado superior a 45%.⁴ Nos últimos 35 anos, as exportações de carne de bovino do Botswana têm sofrido um declínio constante, o que suscita preocupações quanto à capacidade do país para sustentar este sector vital a longo prazo. Do ponto de vista do pastoreio, as mudanças climáticas agravam os desafios sistémicos. A degradação das pastagens, a invasão do mato e a diminuição da precipitação agravam os constrangimentos sistémicos do sector. A variabilidade climática sustentada tem corroído a qualidade das pastagens e a capacidade de carga, sublinhando a fragilidade do sector da exportação de carne de bovino.
9. A nível da produção, a seca e a escassez de água são grandes constrangimentos. As estimativas recentes indicam que aproximadamente 40% das unidades pecuárias do Botswana, cerca de 809.000 cabeças, são afectadas pela escassez de água e por

² [FAO \(2025\). Projecções da Rede do Sistema de Alerta Rápido contra a Fome \(FEWS NET\)](#)

³ União Africana (2024). Compacto de entrega de alimentos e agricultura do Botswana

⁴ UNDRR (2019). Onde está a carne? O Botswana, afectado pela seca, luta para manter viva a cultura do gado

secas frequentes.⁵ Estas condições levaram à morte generalizada de gado, à estagnação da produtividade e a um declínio na competitividade da indústria de exportação de carne de bovino. A produção extensiva de gado nas regiões áridas e semi-áridas depende de uma irrigação eficiente em termos de água e de uma melhor gestão das pastagens; no entanto, a variabilidade climática continua a corroer a qualidade das pastagens e a capacidade de carga do gado continua a diminuir.

Eswatini

10. A indústria do açúcar continua a ser uma pedra angular da economia de Eswatini, contribuindo com cerca de 5% para o PIB e empregando aproximadamente 20.000 pessoas, com cerca de 92% da produção exportada. Contudo, a produção é vulnerável às secas, às chuvas irregulares e à escassez de água. As mudanças climáticas estão a afectar o Eswatini de várias formas. Em termos mais gerais, a agricultura é altamente vulnerável à seca, uma vez que 80% da agricultura no Eswatini é alimentada pela chuva. Ao longo dos anos, os períodos de seca prolongada reduziram a capacidade das barragens necessárias para a irrigação intensiva da cana-de-açúcar. A produção de cana-de-açúcar, uma das principais culturas de base do Eswatini que requer irrigação, diminuiu 6% em 2023 devido a condições meteorológicas adversas. Durante a seca induzida pelo El Niño em 2015/16 e 2016/17, a produção de cana-de-açúcar caiu 14,8% entre 2015/16 e 2016/17, com os rendimentos a caírem de 101,2 toneladas para 89,5 toneladas por hectare.⁶ De um modo mais geral, 80% da agricultura continua a ser alimentada pela chuva, deixando expostas culturas alimentares de base como o milho, o que resulta na insegurança alimentar e fome. Além disso, a contribuição da agricultura para o PIB diminuiu 3,5% entre 2000 e 2019, em parte devido à seca. Os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que as terras agrícolas em todas as províncias têm estado sob constante

⁵ Banco Mundial (2022). Roteiro para cadeias de valor da pecuária sustentável na África Austral

⁶ Banco Mundial (2022). Diagnóstico do Sector Privado do País que cria Mercados no Eswatini - Reforçar o Sector Privado para Aumentar os Mercados de Exportação e Criar Empregos

stress desde 2020. Esperava-se que a produção de milho diminuísse 12% em 2024 devido à baixa pluviosidade.⁷

11. Com mais de 70% da população dependente da agricultura, o aumento da frequência de condições meteorológicas extremas exige uma adaptação para criar um sector agrícola inteligente em termos climáticos, com o objectivo a longo prazo de garantir a segurança alimentar e gerar excedentes exportáveis. A aposta na energia sustentável é também pertinente para reduzir a dependência da produção de energia intensiva em carbono, que agrava o stress climático. As catástrofes naturais graves podem agravar as vulnerabilidades do sector agrícola. Devido a secas prolongadas, 29% da população enfrenta uma insegurança alimentar aguda e o Eswatini ocupa a posição mais elevada em termos de vulnerabilidade alimentar entre os Estados membros da SACU.

Lesoto

12. A economia do Lesoto assenta nas exportações de têxteis, diamantes e água, enquanto as importações incluem alimentos, combustíveis, maquinaria e materiais de construção, o que realça a necessidade de diversificação e a existência de lacunas na resiliência climática. O sector agrícola emprega mais de 30% dos trabalhadores, mas contribui com uma parte modesta para o PIB, e as remessas da África do Sul continuam a representar uma parte significativa dos fluxos de rendimento. O país enfrenta secas e inundações recorrentes. Os principais acontecimentos desde 2010, incluindo a seca grave (2015-2016) e as inundações recorde (2010-2011), afectaram muitos cidadãos ao longo dos anos. Com o sector da água a contribuir com 8-10% do PIB, o sector da água do Lesoto está a enfrentar uma pressão crescente, uma vez que a redução da precipitação e a mudança dos padrões de precipitação corroem a disponibilidade de água, aprofundando a dependência do país das importações e dificultando os esforços para diversificar as exportações.

⁷ FMI (2024). Kingdom of Eswatini: Selected Issues; IMF Country Report No. 24/305.

13. O Lesoto está sujeito a riscos climáticos significativos, incluindo secas, inundações e tempestades, que representaram mais de 90% da ocorrência média anual de riscos para o período 1980-2020. As inundações de 2011 foram as mais extensas jamais documentadas desde a década de 1930, enquanto a seca registada entre 2015 e 2016 é considerada a mais grave de que há registo. Entre 1980 e 2000, o país registou dois anos distintos de seca, com o número a aumentar para 6 entre 2001 e 2020. Com mais de dois terços da população a depender da agricultura de subsistência alimentada pela chuva, as secas agravam os actuais desafios do país em matéria de pobreza e insegurança alimentar. Em Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011, o Lesoto registou recordes de precipitação, inundações e deslizamentos de rochas, que resultaram em perdas estimadas em 3,2% do PIB do país. Só em 2019, 433 000 Basothos foram afectados negativamente pela seca, enquanto em 2020, o número ascendeu a 766 000.

Malawi

14. A agricultura representa cerca de 30% do PIB e é, em grande parte, alimentada pela chuva, com limitações decorrentes do declínio da fertilidade dos solos, da dimensão das explorações agrícolas, da falta de tecnologia e da adopção limitada de práticas sustentáveis. As exportações continuam a concentrar-se em culturas não transformadas, como o tabaco, o chá e o café. Mesmo onde a água é fisicamente abundante, os sistemas hídricos estão sob pressão devido à poluição e à desflorestação, e o país é vulnerável a inundações.

15. O ciclone Freddy (2023) devastou mais de 200 000 hectares de terras agrícolas, com perdas económicas estimadas em mais de 507 milhões de dólares.⁸ Mais de 2,3 milhões de pessoas foram afectadas, centenas de milhares de agregados familiares perderam colheitas e gado e muitos ficaram em situação de insegurança alimentar.⁹ O evento restringiu os mercados de cereais, elevou os preços dos

⁸ Governo do Malawi (2023). Avaliação das necessidades pós-catástrofe (PDNA) - Ciclone Freddy

⁹ IFAD (2024). Reforçar a resiliência dos pequenos agricultores às mudanças climáticas - Lições aprendidas com a resposta do FIDA ao ciclone Freddy no Malawi

produtos de base e enfraqueceu o potencial de exportação, agravando a balança comercial. A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) actualizada do Malawi estima que as mudanças climáticas causam perdas económicas anuais equivalentes a, pelo menos, 5% do PIB.

Maurícias

16. Sendo um pequeno Estado insular em desenvolvimento com uma extensa zona económica exclusiva, as Maurícias enfrentam a subida do nível do mar, o aquecimento dos oceanos e condições meteorológicas extremas mais frequentes. As infra-estruturas costeiras essenciais, incluindo o porto de Port Louis, as principais estradas e as zonas comerciais, estão expostas a ciclones e inundações. O turismo (cerca de 20% do PIB e até 22% do emprego) e as pescas (15-19% das exportações) são sensíveis à degradação dos ecossistemas e à alteração das condições marinhas. As chuvas intensas, como as cheias de março de 2013, sublinham os riscos recorrentes. Estima-se que as perdas diretas anuais com inundações rondem os 22 milhões de dólares, com ciclones e inundações a causarem danos substanciais todos os anos.¹⁰
17. De acordo com o perfil de risco de catástrofes do país (DRP Mauritius, 2016), as inundações são o segundo maior risco depois dos ciclones, causando 20% das perdas económicas diretas associadas a catástrofes, e o país sofrerá, em média, cerca de 22 milhões de USD de perdas directas anuais devido a inundações. Estima-se também que cerca de 60% das perdas diretas resultantes das inundações sejam atribuídas ao sector residencial e 20% ao sector comercial. Além disso, as secas foram responsáveis por 96,8% das perdas económicas combinadas registadas a nível nacional entre 1990 e 2014.

¹⁰ República das Maurícias (2021). Primeiro CDN actualizado para a República das Maurícias

Moçambique

18. Moçambique está entre os países mais expostos aos riscos climáticos. O crescimento e o desempenho das exportações dependem fortemente de sectores intensivos em carbono (gás natural, carvão, alumínio), enquanto os portos e corredores (Maputo, Beira, Nacala, Quelimane e Pemba) são vitais para o comércio regional. Os ciclones Idai e Kenneth (2019) devastaram o porto da Beira e as ligações de transporte terrestre, obrigando ao encerramento e à interrupção do comércio regional. Só os danos nas infra-estruturas rodoviárias causados pelo Idai foram estimados em 489 milhões de dólares.¹¹ O Banco Mundial estima o risco climático anual para a rede rodoviária em cerca de 160 milhões de dólares (cerca de 1,1% do PIB). O crescimento do PIB caiu de 3,4% em 2018 para 2,3% em 2019, reflectindo o impacto destes eventos.¹²

Namíbia

19. A Namíbia está entre os países mais secos da África Subariana. As secas recorrentes afectaram gravemente os sistemas pecuários, com a degradação generalizada das pastagens e a invasão do mato a reduzir a disponibilidade de forragem. A taxa de encabeçamento sustentável diminuiu para cerca de metade ao longo do último século. Em 2018-2019, a seca matou cerca de 60 000 cabeças de gado e provocou o fracasso de dois terços das colheitas, deixando cerca de um terço dos namibianos sem alimentos adequados. A pecuária domina o valor da agricultura, e estas secas recentes conduziram à desarmazenagem dos efectivos, às subsequentes restrições da oferta e às pressões sobre os preços. Os efeitos a jusante na transformação, nos transportes e nos serviços afectaram o crescimento e os saldos externos.

África do Sul

¹¹ Banco Mundial (2019). Avaliação das necessidades pós-desastre do ciclone Idai em Moçambique

¹² Banco Mundial (2019). Actualização económica de Moçambique

20. A África do Sul enfrenta a intensificação das secas, a escassez de água e a precipitação extrema. O sector mineiro, que contribuiu com 7,3% do PIB em 2022 e empregou mais de 469 000 trabalhadores, é vulnerável a inundações, calor e restrições hídricas que aumentam os custos e perturbam a produção e a logística. À medida que os mercados globais se descarbonizam, as empresas que não conseguem fazer a transição para as energias limpas enfrentam riscos de competitividade. A agricultura está igualmente exposta. A seca do El Niño de 2015-2016 reduziu a produção de milho em mais de 40%, fazendo com que a África do Sul passasse temporariamente de exportador líquido a importador líquido e alterando o comércio regional de cereais. As inundações de Abril de 2022 danificaram as estradas de acesso ao porto de Durban, obrigando à suspensão temporária das operações e perturbando as cadeias de abastecimento.

Zâmbia

21. A elevada variabilidade pluviométrica da Zâmbia provoca tanto cheias como secas, com efeitos pronunciados na agricultura, no turismo, nas infra-estruturas e na exploração mineira. A seca de 2024/25 reduziu drasticamente as colheitas de milho, levando a restrições à exportação para proteger o abastecimento interno e aumentando a probabilidade de importações. As avaliações do FMI sugerem que os eventos climáticos reduziram o crescimento em 0,4-0,6 pontos percentuais nos últimos anos. A energia hidroelétrica fornece cerca de 87% da produção de electricidade, tornando a economia, em especial a exploração mineira do cobre, sensível à escassez de energia provocada pela seca. Estes défices de electricidade reduziram a produção de cobre e aumentaram os custos, sublinhando a necessidade de diversificar o cabaz energético e reforçar as infra-estruturas. Além disso, os persistentes défices de energia contribuíram para o declínio da produção industrial, uma vez que a electricidade é um factor crítico necessário para o funcionamento de instalações e equipamentos mecanizados.¹³ Os riscos de inundação das estradas

¹³ [Associação de Fabricantes da Zâmbia \(2020\). Navegar pelos efeitos das alterações climáticas na indústria transformadora](#)

nacionais, especialmente em torno de Lusaca e nas províncias do norte, constituem uma ameaça adicional para as cadeias de abastecimento nacionais e regionais.

Zimbabwe

22. O Zimbabwe tem sofrido repetidas secas, ciclones e inundações, com graves consequências para a agricultura e o comércio. Sendo uma economia ligada à terra e um importante centro de trânsito, os danos climáticos nos corredores de transporte têm implicações regionais adversas. O ciclone Idai (2019) devastou os distritos orientais de Chimanimani e Chipinge, destruindo mais de 50 000 hectares de terras agrícolas e danificando mais de 90% das redes rodoviárias locais. Os danos totais foram estimados em cerca de 622 milhões de dólares, com corredores de exportação bloqueados e atrasos e desvios significativos impostos ao comércio.¹⁴

III. Progressos nos principais compromissos internacionais

23. Os países da África Austral são Partes no Acordo de Paris e em convenções relacionadas, incluindo a Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, refletindo os esforços para alinhar as políticas nacionais com os compromissos globais. Ao abrigo do Acordo de Paris, as Partes apresentam Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) de cinco em cinco anos, cada uma representando uma progressão na ambição. As Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (INDCs) apresentadas por volta da COP21 (2015) tornaram-se as primeiras NDCs das Partes após a ratificação. Os sucessivos CDN devem refletir a progressão e a maior ambição possível (Acordo de Paris, artigo 4.º). Os Planos Nacionais de Adaptação (PNA), estabelecidos no âmbito do Quadro de Adaptação de Cancún (2010), fornecem uma abordagem de médio a longo prazo para o planeamento da adaptação, complementando os programas de curto prazo e facilitando a integração entre

¹⁴ [Banco Mundial \(2019\). Restaurar os meios de subsistência e as infra-estruturas do Zimbabwe após o ciclone Idai](#)

sectores e níveis de governo. Paralelamente, o processo dos PNA orienta os países na redução da vulnerabilidade e na integração da adaptação no planeamento do desenvolvimento. O próximo ciclo de NDC (“NDC 3.0”) está previsto para 2025 e baseia-se no primeiro balanço global. A tabela abaixo resume o estado das submissões de NDC e NAP para os 11 Estados membros da SRO-SA (a partir de 6 de Outubro de 2025).

País	Última submissão do NDC	Submissão do PNA
Angola	NDC 3.0 (2025)	Não apresentado (Em curso)
Botswana	Segunda actualização do NDC (2024)	Não apresentado (Em curso: está a ser criado um quadro para a formulação do PNA)
Eswatini	NDC 3.0 (2025)	Não foi apresentado (Em curso: está a ser analisado pelos intervenientes)
Lesoto	Segundo NDC (2025)	Não apresentado (Em curso: Projecto de PNA apresentado para revisão)
Malawi	Primeiro NDC actualizado (2021)	Não foi apresentado (Em curso: o quadro para a formulação do PNA está a ser criado)
Maurícias	NDC 3.0 (2025)	Não apresentado (Em curso)
Moçambique	Primeiro NDC actualizado (2021)	PNA apresentado (2023)
Namíbia	Segundo NDC actualizado (2024)	Não apresentado (Em curso: o quadro para a formulação do PNA está a ser criado)
África do Sul	Primeiro NDC actualizado (2021)	PNA apresentado (2021)

Zâmbia	NDC 3.0 provisório (2025)	PNA apresentado (2023)
Zimbabwe	NDC 3.0 (2025)	PNA apresentado (2024)

Situação da submissão do NDC e do PNA - África Austral (a partir de 6 de Outubro de 2025)

24. **Angola** apresentou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida (INDC) em 2015, seguida da sua primeira NDC em 2020, uma primeira NDC revista em 2021 e a NDC 3.0 em 2025. De acordo com o NAP Tracker, o PNA de Angola ainda está a ser formulado e ainda não foi oficialmente apresentado. O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas está em curso, centrando-se nos sectores dos transportes e da energia.

25. **Botswana** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2016 e o seu segundo NDC em 2024. O país ainda não apresentou o seu NDC 3.0. Para o planeamento da adaptação, o Botswana ainda não apresentou um PNA, mas desenvolveu um Quadro do Plano Nacional de Adaptação em 2020. Este quadro funciona como um documento estratégico abrangente para orientar o planeamento da adaptação e integrar a resiliência climática nos processos de desenvolvimento. Além disso, o Botswana apresentou a sua primeira Comunicação de Adaptação em 2022, que dá conta dos progressos e das necessidades financeiras e deverá servir de base para a apresentação de um PNA completo.

26. **Eswatini** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2016, o seu primeiro NDC revisto em 2021 e o seu NDC 3.0 em 2025. Após o Balanço Global na COP28 em 2023, Eswatini teve a oportunidade de alinhar o seu projecto de NDC 3.0 com os objectivos internacionais, abordando simultaneamente as prioridades locais, como a redução da pobreza e as infra-estruturas resilientes. O Ministério do Turismo e dos Assuntos Ambientais realizou uma consulta nacional aos intervenientes e um workshop de validação para recolher contributos finais sobre o projecto de NDC 3.0, assegurando o seu alinhamento com as consultas anteriores

- em Setembro de 2025.¹⁵ Relativamente à adaptação, o Eswatini apresentou a sua primeira Comunicação de Adaptação em 2021. De acordo com este documento, o processo do PNA está em curso e atualmente a ser analisado pelos intervenientes.
27. **Lesoto** apresentou a sua INDC em 2015 e o seu primeiro NDC em 2018, e o seu segundo NDC em 2025, mas ainda não apresentou um terceiro NDC. No que respeita à adaptação, o país lançou o seu processo de PNA em Outubro de 2015 com um workshop multilateral e desenvolveu um Programa de Acção Nacional de Adaptação (PANA) e uma Política Nacional para as Mudanças climáticas (PNAC). Em 2024, o Lesoto apresentou um projecto de PNA para revisão com o apoio do Grupo de Peritos para os Países Menos Avançados (LEG) da UNFCCC.¹⁶
28. **Malawi** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro CDN em 2017 e um primeiro CDN revisto com uma adenda em 2021. Relativamente à adaptação, o Malawi desenvolveu um Quadro do Plano Nacional de Adaptação para orientar o processo do PNA, com base num Roteiro do PNA previamente desenvolvido. Este quadro valida e actualiza a visão, os objectivos e os mandatos do país para o planeamento da adaptação, assegurando a coerência com as políticas e estratégias nacionais. Também fornece a base para o financiamento de preparação do Fundo Verde para o Clima e para o envolvimento contínuo dos intervenientes.¹⁷
29. **Maurícias** apresentaram a sua INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2016, um primeiro NDC revisto com uma adenda em 2021 e o seu NDC 3.0 em 2025. Embora não tenha apresentado um PNA completo, as Maurícias incluíram uma Comunicação de Adaptação como parte do seu CDN revisto em 2021 para o período 2021-2030. Embora não tenha sido publicado um quadro de PNA

¹⁵ [Ministério do Turismo e dos Assuntos Ambientais](#) Facebook

¹⁶ [UNFCCC \(2024\). Planos nacionais de adaptação 2024](#)

¹⁷ Governo do Malawi (2020). [Quadro do Plano Nacional de Adaptação do Malawi](#)

autónomo, as Maurícias receberam apoio técnico e financiamento de preparação do Fundo Verde para o Clima, nomeadamente para formular e aplicar o PNA.¹⁸

30. **Moçambique** apresentou a sua INDC em 2015 e um primeiro NDC revisto em 2021, mas ainda não apresentou um terceiro NDC. O país fez progressos significativos ao apresentar o seu PNA em Março de 2023 e ao apresentar também o seu Plano de Implementação do PND.
31. **Namíbia** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro CDN em 2016, um primeiro CDN revisto em 2021 e uma actualização adicional do primeiro CDN em 2023. A Namíbia apresentou a sua primeira Comunicação de Adaptação em 2021 e está a preparar o seu PAN em conformidade com o seu Quadro de Adaptação. Para o efeito, a Namíbia iniciou o desenvolvimento de um sistema de monitoria, avaliação e aprendizagem (MEL) para o processo do PNA.
32. **A África do Sul** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2016 e um primeiro NDC revisto em 2021. O país apresentou o seu PNA em 2021, com base na Estratégia Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (2019), que fornece um quadro de médio prazo para a resiliência climática. O PNA, coordenado pelo Departamento de Florestas, Pescas e Ambiente, enfatiza a equidade, a capacidade de resposta às questões de género e o planeamento iterativo da adaptação. Em 2024, foi aprovada a Lei das Mudanças climáticas, que reforça o quadro jurídico para a adaptação ao impor objectivos nacionais de adaptação, indicadores de progresso e cenários actualizados.¹⁹
33. **Zâmbia** apresentou a sua INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2016 e um primeiro NDC actualizado em 2021. Em Março de 2025, a Zâmbia apresentou o seu NDC 3.0 provisório, tornando-se um dos dois primeiros países da região a fazê-

¹⁸ UNFCCC (2024). Planos Nacionais de Adaptação 2024

¹⁹ Governo da África do Sul (2024). Programa nacional de apoio ao Departamento de Florestas, Pescas e Ambiente da África do Sul

lo. Para o planeamento da adaptação às mudanças climáticas, a Zâmbia desenvolveu o seu PAN em 2007, a sua Estratégia Nacional de Resposta às Mudanças Climáticas em 2010 e a Política Nacional sobre Mudanças climáticas em 2016. O PNA apresentado em 2023 identificou acções de adaptação a médio e longo prazo que permitirão ao governo implementar sistematicamente acções de adaptação prioritárias, contribuindo para a implementação da Visão 2030, dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e da NDC.²⁰

34. **Zimbabwe** tem demonstrado um forte compromisso com a agenda climática global. O país apresentou o seu INDC em 2015, o seu primeiro NDC em 2017 e um primeiro NDC revisto em 2021. Em particular, o Zimbabwe tornou-se o primeiro país da África Austral a apresentar um NDC 3.0 abrangente em Fevereiro de 2025. Em 2019, o Zimbabwe desenvolveu um roteiro para o Plano Nacional de Adaptação (PNA), lançando as bases para a integração das mudanças climáticas no planeamento do desenvolvimento. Com base neste roteiro, o Zimbabwe apresentou formalmente o seu Plano Nacional de Adaptação em 2024, na sequência de um processo inclusivo de consulta a vários intervenientes apoiado pelo Fundo Verde para o Clima (GCF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

²⁰ Governo da Zâmbia (2023). Plano Nacional de Adaptação

IV. Principais mensagens e recomendações políticas

Principais Mensagens

- a) As mudanças climáticas representam uma ameaça sistémica ao desenvolvimento da África Austral, com o aumento das temperaturas, secas, inundações e tempestades a comprometerem o crescimento, a restringirem o espaço orçamental e a prejudicarem a inclusão social. O IPCC (2021) identifica a África Austral como um ponto crucial climático onde as vulnerabilidades se agravarão sem uma adaptação decisiva.
- b) Os eventos climáticos afectam cada vez mais a competitividade comercial, perturbando a agricultura, a exploração mineira, os transportes e os sistemas energéticos. A escassez de energia induzida pela seca e os corredores danificados por ciclones ilustram as repercussões transfronteiriças.
- c) Os ganhos potenciais da ZCLCA estão em risco, a não ser que a resiliência climática seja incorporada como um factor essencial da implementação, particularmente através de normas, logística e mobilidade dos serviços.
- d) Apesar das actualizações regulares dos NDC e das estratégias regionais de RRC, persistem lacunas de adaptação em termos de infra-estruturas resilientes, políticas comerciais inteligentes em matéria de clima e financiamento a longo prazo. Os progressos limitados dos PNA sublinham a necessidade de acelerar o planeamento e a implementação.
- e) A resiliência urbana e hídrica é fundamental. A rápida urbanização aumenta a exposição às inundações e ao calor, enquanto o subinvestimento nos sistemas hídricos ameaça a agricultura, a energia e o comércio.
- f) A região tem demonstrado empenho nos acordos internacionais; a prioridade agora é traduzir os compromissos em projectos financiáveis e resultados mensuráveis.

Recomendações

A região da SADC, através das suas instituições, deve:

- a) adoptar uma Estratégia de Resiliência Climática e Comercial da SADC que integre a adaptação na implementação da ZCLCA, dando prioridade a corredores de transporte resilientes, portos e sistemas energéticos transfronteiriços

- b) emitir directrizes e normas regionais para infra-estruturas de transporte, armazenamento e energia resistentes ao clima, a fim de reduzir as perturbações na cadeia de abastecimento.
- c) criar um Mecanismo de Adaptação Climática para a África Austral para coordenar a capacitação, intercâmbio de conhecimentos e acesso ao financiamento climático (por exemplo, GCF, Fundo de Adaptação).
- d) aumentar a escala dos veículos de financiamento agrupado da adaptação para reunir capital concessional e privado para projectos de comércio e infra-estruturas inteligentes em termos climáticos.
- e) criar uma plataforma onde os Estados-Membros partilhem periodicamente experiências em matéria de reforço da resiliência, mitigação e preparação para desastres

Os governos nacionais, através das suas instituições públicas, devem:

- a) integrar a adaptação às mudanças climáticas nas estratégias comerciais, industriais e de investimento para salvaguardar a competitividade no âmbito da ZCLCA, com destaque para a agricultura, energia e transportes.
- b) dar prioridade a infra-estruturas comerciais inteligentes em termos de clima, portos resilientes, portos secos, redes rodoviárias e redes eléctricas, para minimizar as perturbações induzidas pelo clima.
- c) acelerar a finalização e a aplicação dos planos nacionais de adaptação (PNA), alinhando-os com os NDC actualizados e com as estratégias nacionais de desenvolvimento e urbanas.
- d) reforçar a governação interministerial que liga o ambiente, o comércio e as finanças para coordenar a adaptação e salvaguardar a competitividade.

O sector privado (empresas, investidores e instituições financeiras) deve:

- a) integrar a avaliação dos riscos climáticos nas cadeias de valor, diversificar as fontes de abastecimento e adoptar modelos de economia circular para reduzir a exposição na agricultura, exploração mineira e indústria transformadora.

- b) mobilizar financiamento privado e misto para a adaptação, a resiliência à água, as energias renováveis e a logística inteligente em termos climáticos, tirando partido das IFD e dos fundos de pensões regionais.
- c) apoiar as PPP para cidades resilientes às mudanças climáticas, incluindo transportes sustentáveis, sistemas hídricos inteligentes e redes energéticas resilientes, a fim de reduzir os riscos para o comércio e a indústria.

Referências

1. União Africana (2024). Compacto de entrega de alimentos e agricultura no Botswana
2. [Carbon Trust \(2024\). Impacto das mudanças climáticas na indústria mineira da África do Sul, quais são os riscos e as oportunidades para as empresas?](#)
3. Chatham House (2024). [Estudo de caso sobre o combate aos riscos da água relacionados com o comércio](#)
4. FAO (2019). Avaliação do impacto agrícola do ciclone Idai - Zimbabwe
5. FAO (2024). Alerta especial 352 do GIEWS - África Austral, 23 de Abril de 2024
6. [FAO \(2025\). Projeções da Rede do Sistema de Alerta Rápido contra a Fome \(FEWS NET\)](#)
7. GFDRR (2016). Perfil de Risco de Desastres das Maurícias
8. Governo do Malawi (2020). [Quadro do Plano Nacional de Adaptação do Malawi](#)
9. Governo do Malawi (2023). Avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA) - Ciclone Freddy
10. Governo da África do Sul (2024). Programa nacional de apoio ao Departamento de Florestas, Pescas e Ambiente da África do Sul
11. Governo da Zâmbia (2023). Plano Nacional de Adaptação
12. FIDA (2024). Reforçar a resiliência dos pequenos agricultores às mudanças climáticas - Lições aprendidas com a resposta do FIDA ao ciclone Freddy no Malawi
13. IFPRI (2023). Do risco climático à resiliência: Desvendando os Impactos Económicos das Mudanças climáticas na Zâmbia
14. FMI (2024). Reino de Eswatini: questões selecionadas; Relatório do FMI sobre o país n.º 24/305.
15. IMF (2025). Zâmbia: Selected Issues Paper
16. Governo do Lesoto (2024). Visão a longo prazo do Lesoto
17. Ministério dos Transportes e do Desenvolvimento das Infra-estruturas República do Zimbabwe (2023). Coordenação e digitalização como meio para uma facilitação do comércio acelerada e inteligente em termos climáticos.
18. Ministério dos Transportes e do Desenvolvimento das Infra-estruturas República do Zimbabwe (2023). Coordenação e digitalização como meio de facilitar o comércio de forma acelerada e inteligente em termos climáticos
19. Reliefweb (2024). Angola - Actualização da mensagem principal: colheitas abaixo da média levam ao início da época de escassez.
20. República da Maurícia (2021). Primeiro CDN atualizado para a República da Maurícia
21. [Reuters \(2022\). África do Sul diz que o porto de Durban está a funcionar após a devastação causada pelas cheias](#)
22. [STIMSON \(2024\). CORVI: Avaliação dos riscos climáticos prioritários nas Maurícias](#)
23. The African Climate Foundation (2023), Do risco climático à resiliência: Desvendando os impactos económicos das mudanças climáticas em Moçambique
24. UNDRR (2019). Onde está a carne? O Botswana, afectado pela seca, luta para manter viva a cultura do gado
25. [UNDRR \(2024\). Ciclone na África Austral, 2023 - Análise forense](#)
26. [UNFCCC \(2024\). Planos nacionais de adaptação para 2024](#)
27. UNU (2020). Implicações económicas das mudanças climáticas na Zâmbia
28. Banco Mundial e FAO (2016). Relatório de impacto da seca na África do Sul
29. Banco Mundial (2019). Avaliação das necessidades pós-catástrofe do ciclone Idai em Moçambique
30. Banco Mundial (2019). Actualização económica de Moçambique
31. [Banco Mundial \(2019\). Restabelecimento dos meios de subsistência e das infra-estruturas do Zimbabwe após o ciclone Idai](#)
32. Banco Mundial (2022). Relatório sobre o clima e o desenvolvimento de Angola

33. Banco Mundial (2022). Diagnóstico do sector privado do país Criação de mercados em Eswatini
Reforço do sector privado para aumentar os mercados de exportação e criar emprego
34. Banco Mundial (2022). Relatório sobre o clima e o desenvolvimento do Malawi
35. Banco Mundial (2022). Roteiro para cadeias de valor da pecuária sustentável na África Austral
36. Banco Mundial (2022). Roteiro para as cadeias de valor da pecuária sustentável na África Austral.
37. Banco Mundial (2022). África do Sul: Relatório sobre o clima e o desenvolvimento do país
38. Banco Mundial (2023). Moçambique: Relatório sobre o clima e o desenvolvimento do país
39. [Associação de Fabricantes da Zâmbia \(2020\). Navegar pelos efeitos das mudanças climáticas na indústria transformadora](#)